

ATA N.º 05 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESTADUAL DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES  
TRADICIONAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1 Aos dezesseis de março de dois mil e dezessete aconteceu na Casa dos Direitos  
2 Humanos, localizada na Avenida Amazonas 558, no Centro de Belo Horizonte, a quinta  
3 reunião ordinária da Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e  
4 Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (CEPCT-MG). A reunião se iniciou com a  
5 apresentação dos presentes e, em seguida, se passou a leitura da ata da reunião  
6 anterior, que foi aprovada por todos os presentes. Em seguida passou-se aos informes.  
7 Aderval Costa informou sobre que a comunidades tradicional dos Canastreiros da  
8 Serra da Canastra a participação destes nas reuniões da CEPCT-MG e que ele e sua  
9 equipe está elaborando o relatório antropológico da comunidade conforme deliberação  
10 do Ministério Público Federal. Comunicou que no período de 24 a 26 de julho  
11 acontecerá na Alemanha o V Colóquio sobre povos e comunidades tradicionais como o  
12 objetivo de internacionalizar a pauta. Luci Rodrigues Espeschit falou da preocupação  
13 com a Portaria 116 do INCRA que apura o comportamento de servidores do órgão, e  
14 trata de uma represaria ao trabalho que foi realizado em Morro Alto, no Rio Grande do  
15 Sul e que é apontado pela CPI INCRA/FUNAI. Silvia Contreras propõe de uma moção  
16 da CEPCT-MG sobre o caso de Morro Alto e sugere a escolha de duas pessoas. Após  
17 discussão foi definido que o documento será elaborado por Márcia Campanharo,  
18 Aderval, Luci Espechit, Aderval Costa e Silvia Contreras. Ana Maria da Silva informou  
19 sobre o edital de 2017 da UNB sobre após-graduação em Mestrado profissional em  
20 desenvolvimento sustentável. O Mestrado disponibiliza 22 vagas e propõe que seja  
21 divulgada para os povos e comunidades tradicionais. Finalizado os informes seguiu-se  
22 para a leitura da ata da quarta reunião, que foi aprovada por todos os presentes.  
23 Passou- para à apresentação das reivindicações das representações da sociedade civil  
24 construída em reunião realizada na tarde do dia 15/03/17, são elas: a) Dificuldade de  
25 chegada da energia elétrica nas comunidades quilombolas de Caraíbas e Mata dos  
26 Crioulos em razão da burocracia da CEMIG; b) Necessidade do manejo correto nas  
27 lagoas pelos gestores dos Parques; c) Agendar uma conversa com o governador para  
28 pautar a titulação das terras; d) A CEPCT-MG buscar recursos que possibilite as  
29 reuniões nas comunidades, para que possamos conhecer a realidade de cada povo; e)  
30 Participação da Câmara Técnica sobre conflitos socioambientais nas reuniões da Mesa

31 de Diálogo e Negociação e que as mesmas sejam realizadas nas comunidades; f) A  
32 representação dos garimpeiros faiscadores expôs os anseios e medos em relação ao  
33 papel que vem desempenhando na comissão e está pensando em se afastar; g)  
34 Elaboração de material de divulgação sobre a CEPCT-MG, leis e informações sobre os  
35 povos e comunidades tradicionais; h) Criar um grupo da CEPCT-MG no whatsapp; i)  
36 Realização de oficina sobre território para gestores de parques, comunitários e  
37 lideranças; j) Problemas com a presença de gado nas ilhas e formalização de denuncia  
38 junto ao IEF sobre gado dentro da área do Parque Estadual do Rio Grande. Sobre a  
39 formação de gestores, Myrtô Sucupira, representante da Secretaria de Estado da  
40 Saúde, informou que membro da diretoria do sindicato dos sociólogos e antropólogos e  
41 que este ministrará um curso de formação com os gestores da EMATER com foco nas  
42 comunidades e povos tradicionais. Márcia Campanharo, da EMATER, disse que o  
43 órgão está preocupado em neste processo de formação em garantir também a  
44 participação dos povos e comunidades tradicionais. É um curso que nasceu do diálogo  
45 construído pelo sindicato com a EMATER. Aderval Costa, representante da UFMG,  
46 informou que em relação à formação que tem ministrado minicursos pelo Ministério  
47 Público de Minas Gerais. Ao longo ministrou 14 minicursos com o tema Direitos  
48 Fundamentais e os povos e comunidades tradicionais ao longo do ano de 2016, que  
49 contou com a participação das comunidades e de gestores, inclusive da EMATER.  
50 Destacou que as formações precisam ser permanentes e que, no momento, está  
51 aguardando o retorno do MPMG dar continuidade à atividade. Renata A. Souza Seidl  
52 representante da SEPLAG, sugeriu que para os problemas com as áreas dos lagos,  
53 rios e áreas de parques, que é preciso que as comunidades notifiquem os órgãos  
54 ambientais. Renata também considerou de fundamental importância a agenda com o  
55 governador para tratar das questões territoriais das comunidades tradicionais. O  
56 Cacique Bayara, representante dos povos indígenas, disse que é necessário nas  
57 questão do território, como no caso da aldeia dele, que a participação de parlamentares  
58 como o André Quintão e do Nilmário Miranda da Secretaria de Estado de Direitos  
59 Humanos, Participação Social e Cidadania tem sido importante, mas é preciso que  
60 neste caso a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SEDA) possa ter uma maior  
61 presença. Dayvisson Felipe Batista Rocha, representante da comunidades dos  
62 Caatingueiros, lembrou que é importante a participação dos povos e comunidades  
63 tradicionais nos debates na Assembleia Legislativa de Minas Gerais sobre a alteração  
64 da Lei de Terras no Estado de Minas Gerais. Com a palavra Lazaro, representante

65 SEDA e Secretário Executivo da Comissão, esclareceu que a questão das terras hoje é  
66 competência da Desenvolvimento Agrário, que, apesar das dificuldades, está  
67 empenhada para a garantia do acesso à terra para os povos e comunidades  
68 tradicionais. É importante garantir um posicionamento político e jurídico para o acesso  
69 às terras arrecadadas e sua destinação para as comunidades tradicionais. Destaca que  
70 é importante fortalecer isso e não deixar cair na morosidade e, neste caso é  
71 fundamental a atuação de todos no diálogo com o governo e com a Assembleia  
72 Legislativa. Flávio Rodrigo da Cruz, representante dos garimpeiros faiscaadores,  
73 esclarece que as dificuldades enfrentadas com a articulação dos garimpeiros  
74 faiscaadores na sua região e no Estado de Minas e outras dificuldades relacionadas à  
75 participação nas reuniões da Comissão vem o levando em pensar no afastamento da  
76 representação. Falou que o estado precisa ver a possibilidade de atendimento aos  
77 garimpeiros faiscaadores, uma vez que eles estão presentes em diversas regiões. Há  
78 dificuldades para faiscar pelas dificuldades impostas pela legislação, e na maioria dos  
79 casos os garimpeiros preferem se esconder. Aderval Costa reforçou as dificuldades dos  
80 garimpeiros faiscaadores e sugere que se reúna os órgãos afetos aos faiscaadores para  
81 tratarem da pauta, bem como trabalhar para a estadualização da liderança do Flávio e  
82 com a possibilidade do envolvimento dele no mapeamento dos faiscaadores no Rio  
83 Doce. Há ainda um longo caminho a percorrer para o empoderamento dos garimpeiros  
84 faiscaadores e pede a paciência do Flávio e que não desista da participação na  
85 Comissão. João Pio, presidente da Comissão, entende que é importante que o Flávio  
86 continue na Comissão por entender que essa é um importante espaço político e de  
87 participação dos garimpeiros faiscaadores. Informou que como estará em Diamantina no  
88 período de 28 a 30 de março, se compromete em reunir com o Flávio, outros  
89 faiscaadores para dialogar sobre a articulação dos mesmos na região, onde inclusive  
90 buscará a interlocução com a gestão do município de Diamantina. Hilário Correa  
91 Franco, representante dos povos indígenas, destaca a importância da  
92 representatividade das representações dos povos e comunidades tradicionais em todas  
93 as pautas que os envolvem. Neste caso lembra que essa participação precisa ser  
94 garantida nas reuniões da Mesa de Diálogo e Negociação, principalmente dos  
95 membros da sociedade civil que representam os povos e comunidades na CEPCT-MG.  
96 Destaca a importância da Comissão e *“é um espaço onde todos nós estamos*  
97 *aprendendo, por se tratar de uma novidade para todos”*. Finalizada as contribuições da  
98 plenária da Comissão em relação às propostas das representações dos povos e

99 comunidades tradicionais, Rogério da Conceição Silva apresentou a proposta dos  
100 pescadores artesanais para a criação de um grupo de trabalho setorial para a  
101 elaboração de uma política estadual para as comunidades pesqueiras, que será  
102 anexada nesta ata. Após apreciação da proposta pelo pleno da Comissão deliberou-se  
103 pela realização de uma reunião no dia 05 de abril, na Cidade Administrativa, do grupo  
104 de trabalho formado por Izabella Cristina Correia de Resende, Diretoria de Pesca da  
105 SEDA, João Pio, da SEDPAC, Secretaria de Agricultura e Pecuária e Abastecimento  
106 (SEAPA), Rogério da Conceição Silva, representante dos pescadores artesanais,  
107 Pastoral da Pesca, Movimento dos Pescadores de Minas Gerais. A tarefa do grupo  
108 será dar início ao processo de construção da proposta de uma política estadual para as  
109 comunidades pesqueiras. Finalizada a parte da manhã, às 12h30min, todos foram  
110 dispensados para o almoço. A reunião se iniciou à tarde, às 14h com leitura da minuta  
111 do decreto de regularização fundiária do artigo 6º da Lei 21.147/2014 construída pelo  
112 grupo de trabalho. Finalizada a leitura passou à discussão da proposta, que foi  
113 aprovada por unanimidade por todos os presentes. João Pio, presidente da Comissão,  
114 informou que a junto como setor jurídico da SEDPAC elaborará a exposição de motivos  
115 sobre a minuta do decreto para posterior encaminhamento para a Casa Civil e  
116 assinatura do governador. Informou que já solicitou do jurídico da SEDPAC celeridade  
117 neste processo interno de tramitação do decreto. Cleide Hilda, Subsecretaria de  
118 Igualdade Racial da SEDPAC, informou aos presentes sobre a IV Conferência Estadual  
119 de Igualdade Racial, que acontecerá de 25 a 26 de agosto em Belo Horizonte,  
120 destacando a importância da mesma para os povos e comunidades tradicionais, bem  
121 como da mobilização dos municípios para a realização das conferências municipais.  
122 Disse que nas próximas semanas a Subsecretaria de Igualdade Racial iniciará o  
123 processo de mobilização e orientação dos municípios. João Pio informou que com a  
124 extinção da Ruralminas, que era membro da Comissão, é necessário que seja indicado  
125 outro órgão. A plenária sugeriu os seguintes órgãos: A Secretaria das Cidades e o  
126 Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Após as argumentações e debate sobre  
127 cada órgão, a Plenária aprovou a indicação do IGAM, que será informado sobre a  
128 indicação e será preparada a publicação da substituição no Diário Oficial. Por último,  
129 João Pio, informou sobre as atividades e programação do Abril Indígena de 2017 e da  
130 realização do I Encontro Estadual da Juventude Quilombola, que acontecerá de 26 a  
131 25 a 27 de maio, na Cidade Administrativa em Belo Horizonte, cujo objetivo principal é  
132 a construção de um documento sobre com as propostas políticas públicas para a

133 juventude quilombola, que será apresentado no processo de construção do Plano  
134 Estadual de Políticas para as Juventudes, que está em discussão na ALMG. Hilário  
135 Correa Franco, representante dos povos indígenas, informou sobre a realização do II  
136 Mutirão de Povos e Comunidades Tradicionais que é organizado pela Articulação  
137 Rosalino, no período de 18 a 19 de abril, no município de São João das Missões.  
138 Lembrou também da realização do Acampamento Terra Livre, no período de 22 a 25  
139 de abril, que acontecerá em Brasília, Distrito Federal, e é uma atividade organizada  
140 pelo movimento indígena brasileiro. Em seguida, a Presidência agradeceu a presença  
141 de todos e deu por encerrada a reunião às 16h50min. Sem mais nada a relatar, eu,  
142 Lázaro Augusto dos Reis, Secretário Executivo da CEPCT-MG, lavrei a ata, que vai  
143 assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Belo Horizonte, 16 de março de 2017.

Lázaro Augusto dos Reis  
**Secretário Executivo da CEPCT-MG**

João Carlos Pio de Souza  
**Presidente da CEPCT-MG**